

HABEAS CORPUS Nº 475.335 - SP (2018/0278869-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : VALÉRIA REZENDE MONTEIRO
ADVOGADO : VALÉRIA REZENDE MONTEIRO - SP090900
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS CESAR DO NASCIMENTO (PRESO)

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO SIMPLES. ALEGAÇÃO DE SER DEVIDO O RECONHECIMENTO DA CONFISSÃO. QUESTÃO JÁ ANALISADA E RECONHECIDA NO JULGAMENTO DO ARESP N. 617.869/SP. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE EMPREGO DE ARMA. AUSÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO NA TERCEIRA FASE. PEDIDO DESNECESSÁRIO. DOSIMETRIA. ILEGALIDADE NA CONSIDERAÇÃO DAS VETORIAIS PERSONALIDADE E CONDUTA SOCIAL. AFASTAMENTO. REDIMENSIONAMENTO DA PENA. Ordem concedida nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Carlos Cesar do Nascimento**, em que se aponta como autoridade coatora a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Consta dos autos que o Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal da comarca de São Paulo condenou o paciente à pena de 8 anos e 2 meses de reclusão, e 23 dias-multa, por ter sido incurso no art. 157, *caput*, do Código Penal (fls. 14/15).

Em sede de apelação, a defesa pediu a absolvição do paciente, e apontou ausência de provas. Pleiteou, também, a redução da pena e o reconhecimento da atenuante de confissão espontânea. A Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao recurso para reduzir a pena imposta ao paciente a 7 anos de reclusão, em regime fechado, e 17 dias-multa (fls. 26/38).

No presente *writ*, alega a defesa que a pena aplicada não atendeu aos

critérios da proporcionalidade e individualização da pena, pois fixada com nítida ilegalidade. Aduz que o paciente confessou a prática delituosa e que não ocorreu o emprego de arma de fogo, questões essas que devem ser consideradas, não sendo possível dar valor apenas à palavra da vítima.

Parecer ministerial opinando pelo não conhecimento do *writ* (fls. 46/53).

É o relatório.

Inicialmente, verifico que foram distribuídos a este Relator os seguintes processos conexos: **AREsp n. 617.869/SP**, em que o ora paciente é o agravante, e teve decisão, datada de 17/10/2017, dando provimento ao recurso especial para reconhecer a confissão espontânea e redimensionar a pena do paciente para 6 anos de reclusão, e 15 dias-multa, já tendo transitado em julgado no dia 8/11/2017; o **HC n. 442.451/SP**, em que se buscava o reconhecimento da atenuante de confissão, e teve decisão datada de 28/3/2018, indeferindo a liminar, exatamente por estar prejudicado pelo julgamento do AREsp n. 617.869/SP, e já transitado em julgado no dia 25/4/2018.

Um dos pedidos aqui feitos, reconhecimento da confissão espontânea, já foi analisado no julgamento do supracitado AREsp n. 617.869/SP, tendo havido, inclusive, a redução da reprimenda final a 6 anos de reclusão. Confira-se:

[...] **Mantida a pena-base em 6 anos de reclusão** e 15 dias-multa, compensa-se a atenuante do art. 65, III, *d*, do Código Penal com a reincidência específica. **Ausentes causas de aumento ou diminuição**, fica a pena definitiva em 6 anos de reclusão e 15 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação.

Desse modo, estando a pretensão recursal em consonância com a jurisprudência assente neste Tribunal, autoriza-se o julgamento monocrático, conforme a Súmula 568/STJ.

Ante o exposto, com fulcro nos arts. 932 do Código de Processo Civil e arts. 34, XVIII, e 253, parágrafo único, II, *c*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **dar provimento** ao recurso especial para, reconhecendo a confissão espontânea e compensando-a com a reincidência específica, redimensionar a pena a **6 anos de reclusão e 15 dias-multa**, mantidos os demais termos da condenação.

Quanto ao pleito da defesa de que não houve o emprego de arma,

não faz sentido tal questionamento, porquanto no julgamento do AREsp n. 617.869/SP foi mencionado que inexistiram causas de aumento e de diminuição da pena, na terceira fase da dosimetria.

No julgamento da apelação, a pena-base foi elevada em 1/2, em razão dos maus antecedentes, por existirem duas condenações anteriores transitadas em julgado. O Julgador também manteve a valoração negativa pela conduta social e personalidade, por ter o paciente se enveredado para o mundo do crime. Nesse ponto, entendo que assiste razão à defesa, pois a fundamentação se mostrou genérica e evasiva, não fazendo referência a fatos concretos para negativar essas vetoriais.

Os processos penais a que responde o paciente não podem ser utilizados para elevar a pena por conta dessas circunstâncias. Nesses termos, **deverá a pena-base ser fixada em 4 anos e 8 meses de reclusão, e 12 dias-multa**, ficando a pena definitiva nesse patamar, por ter havido a compensação da confissão com a reincidência específica e por inexistirem causas de aumento e de diminuição da pena.

O regime de cumprimento da pena deverá ser mantido o **fechado**, ante a reincidência específica.

Ante o exposto, **concedo** a ordem a fim de redimensionar a pena total imposta ao paciente para 4 anos e 8 meses de reclusão, em regime fechado, e 12 dias-multa.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator